



Gerardo Magela

Para Renan Calheiros, votação do projeto "é exigência da sociedade"

## Renan, líderes e governo debatem o Supersimples

Se houver acordo, projeto pode ter decisão rápida no Plenário. Votação, segundo o presidente do Senado, é uma exigência do país

O destino do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Supersimples) pode ser decidido hoje. O presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes partidários devem se reunir com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para definir a votação da proposta, que autoriza o recolhimento de diversos impostos em uma guia única. O líder do governo, Romero Jucá, disse que o projeto deve ser aprovado sem alterações. **Página 3**



Moreira Mariz

Romero Jucá (C) negocia aprovação rápida da proposta do Supersimples

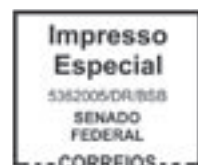
## Plenário aprova embaixadores e empréstimos

Projetos de resolução que autorizam a contratação de operações financeiras no total de US\$ 308,9 milhões foram aprovados ontem pelo Senado. Beneficiaram-se com a decisão o estado do Pará e as prefeituras de Fortaleza e Joinville (SC). Os senadores também acolheram indicações de diplomatas para embaixadas. **Página 4**

Educação busca consenso sobre mudança na Lei de Imprensa **Página 8**

ACM retira da pauta da CCJ projeto sobre crime na internet **Página 6**

Subcomissão vai propor alteração na Lei de Liquidações **Página 7**



## Barjas Negri depõe na CPI dos Sanguessugas e nega corrupção

“Na nossa gestão, não houve fraude nem corrupção”, afirmou ontem Barjas Negri, ex-ministro da Saúde e prefeito de Piracicaba (SP), à CPI dos Sanguessugas.

Ele admitiu, porém, ter recebido contribuição de empresas do grupo Abel Pereira, acusado por Luiz Vedoin de facilitar a liberação de verbas. **Página 5**



Márcia Kallume

Barjas Negri (D) é ouvido por Raul Jungmann, Heloísa Helena e Vanessa Grazziotin

Relatório propõe que aposentados e pensionistas recebam o mesmo índice de correção aplicado ao mínimo



Gerônimo Mangela

Líderes sindicais concordam com documento, mas irão pressionar por maiores reajustes

## Paulo Paim defende salário mínimo de R\$ 400 em 2007

O relator da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, criada para elaborar uma proposta de política permanente de reajuste do mínimo, senador Paulo Paim (PT-RS), reuniu-se ontem com líderes sindicais de todo o país para debater pontos de seu relatório final.

Paulo Paim apresentou os principais itens do documento e destacou a recomendação de que, no próximo ano, o salário mínimo seja fixado em R\$ 400. O senador propõe que o reajuste anual do mínimo não seja inferior ao índice da inflação do ano anterior acrescido do dobro do aumento do PIB, também relativo ao mesmo período. O relatório sugere ainda que os aposentados e pensionistas recebam o mesmo índice de correção em seus salários.

Os sindicalistas concordaram com o relatório, mas garantiram que vão continuar pressionando o Congresso Nacional por maiores reajustes salariais. O diretor da Federação Democrática de Metalúrgicos de Minas Gerais, José Mário de Andrade, disse que, agora, a comissão começa a enfrentar o problema dos aposentados de uma forma mais adequada.

– A reunião foi muito positiva. O relatório é um passo para a vitória dos sindicalistas. Agora, o próximo objetivo é lutar contra a reforma da Previdência Social – conclui Andrade.

No final do encontro, Paim informou que o relatório será apresentado à comissão, durante reunião administrativa, hoje, a partir das 10h.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário comemora Dia Mundial da Ciência

A sessão é deliberativa e começa às 14h. Na hora do expediente, período anterior à ordem do dia, será comemorado o Dia Mundial da

Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, celebrado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de novembro. A homenagem foi

requerida pelo senador Flávio Arns (PT-PR). Na ordem do dia, entre outros projetos, está o que trata de crimes de lavagem de dinheiro.

## Indicação para o Conselho Nacional do MP

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 10h para votar a indicação do advogado Sérgio Alberto Frazão do Couto para ocupar a vaga reservada à categoria no Conselho Nacional do Ministério Público. Em

seguida, a CCJ discute pauta com 11 itens, entre eles o projeto que tem como objetivo criminalizar as pessoas que adquirirem materiais pornográficos ou que contenham cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.



## Comissões debatem situação dos dekasseguis

As comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Relações Exteriores (CRE) promovem reunião em

conjunto, às 10h30, para debater a situação das famílias dos dekasseguis brasileiros (descendentes

de japoneses que vão trabalhar no Japão). A CDH examinará também mais 23 itens da pauta.



## Conselho de Ética vota relatório sobre caso Suassuna

Às 10h, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se para discutir e votar o relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre o processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

## Discussão sobre a proposta orçamentária para 2007

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 14h, para discutir a proposta orçamentária para 2007 (PL 15/06-CN). Amanhã, a reunião ocorre em Manaus e, na sexta-feira, no Recife. O Congresso trabalha com margem reduzida para reestimar as receitas previstas na proposta do governo para o próximo ano, segundo o relator Valdir Raupp (PMDB-RO).



## Ministros serão ouvidos em CPI

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas faz reunião destinada a ouvir os ex-ministros da Saúde do governo Lula Humberto Costa, às 11h, e Saraiva Felipe, às 15h. Eles foram convidados a prestar esclarecimentos sobre o esquema de compra superfaturada de ambulâncias.

## Linha direta com o cidadão

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800612211. Outra opção para se fazer o contato é pelo endereço eletrônico: [alosenado@senado.gov.br](mailto:alosenado@senado.gov.br).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, João Alberto Souza e Gilberto Mestrinho

Presidente do Senado e líderes partidários reúnem-se com ministro da Fazenda para definir votação de projeto que favorece micro e pequenas empresas

# Encontro pode garantir hoje aprovação do Supersimples

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes partidários devem se reunir hoje com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para definir a votação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (PLC 100/06-Complementar), também conhecido como Supersimples. Além de Guido Mantega, podem participar da reunião o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e representantes dos grupos interessados na matéria. Se houver acordo, a proposição poderá ser votada imediatamente em Plenário.

– A votação do Supersimples é uma exigência do país – disse Renan, lembrando que as micro e pequenas empresas contribuem com 20% do produto interno



Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, votação do projeto é uma exigência do país

bruto (PIB) e empregam 60% dos trabalhadores com carteira assinada.

O projeto autoriza o recolhi-

mento em uma guia única de seis impostos e contribuições federais, um imposto estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias

e Prestação de Serviços – ICMS) e um imposto municipal (Imposto sobre Serviços – ISS). A empresa que aderir ao sistema vai passar a pagar uma alíquota única, variando de 4% a 17,42% do seu faturamento, a ser definida em função do tamanho do empreendimento, do estado onde se localiza e do setor econômico explorado.

De acordo com a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), o principal entrave à aprovação do Supersimples é a data em que a nova lei entraria em vigência. O PLC 100/06 determina que as novas regras começariam a valer já no dia 1º de janeiro de 2007, data que os representantes de governos municipais e estaduais consideram inviável, já que até lá não estariam preparados para imple-

mentar as mudanças. Atendendo a essa ponderação, segundo a senadora, seria possível modificar o começo da vigência, que passaria para seis meses após a sanção da lei ou até mesmo para o começo de 2008. No entanto, se houver mudanças, o projeto volta à Câmara dos Deputados.

Já os empresários pressionam para que o projeto seja aprovado sem modificações, justamente para evitar atrasos na tramitação da matéria e para que a lei comece a valer mais rapidamente. A reunião de líderes, com a presença de representantes dos setores afetados e de autoridades do governo, pode ajudar a resolver as divergências, permitindo que o Supersimples finalmente seja aprovado.

## Jucá diz que projeto deve ser votado sem alterações

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse ontem que estão sendo acelerados entendimentos entre os partidos para que o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – conhecido como Supersimples – seja votado na Casa até amanhã. A informação foi prestada a presidentes de 21 federações representativas desse segmento empresarial que estiveram com Jucá para pedir que a proposta seja aprovada na forma como veio da Câmara, sem alterações de mérito no texto.

O projeto terá que retornar à casa de origem para novo exame caso sejam feitas mudanças no Senado. Nessa hipótese, temem os microempresários, a proposta pode ficar mais uma vez sujeita a longo processo de tramitação – foram 15 meses até a aprovação na Câmara. O que o segmento espera é que o texto aprovado no

Senado seja logo encaminhado à sanção presidencial, para que os benefícios previstos comecem a vigorar a partir do início do próximo ano.

– Saímos do encontro esperançosos. O líder do governo nos transmitiu esperança de que a votação será rápida e sem modificações – comentou à saída José Tarcísio da Silva, presidente da Confederação Nacional das Entidades das Micro e Pequenas Empresas do Comércio e de Serviços (Conepec).

### Unificação de tributos

A proposta institui um sistema unificado de apuração e recolhimento dos tributos pagos pelas micro e pequenas empresas nas três esferas de governo. Passará a valer um único cálculo e um único pagamento, uma simplificação que possibilitará mais economia para as empresas. Contém ainda mecanismo para reduzir a

burocracia no registro das empresas, que passam a recorrer a um único órgão e local para solicitar a abertura, na maioria dos casos sem necessidade de vistoria prévia quando se tratar de atividades sem riscos sanitários e ambientais.

– A votação do projeto é uma prioridade do presidente Lula. Adiamos a votação para depois do período eleitoral apenas para evitar que sua discussão fosse contaminada pelo debate político – afirmou Jucá, para reafirmar o interesse em chegar logo a um acordo sobre a matéria.

O líder confirmou à Agência Senado que defende o projeto do estatuto na forma como foi aprovado na Câmara. Observou que haverá apenas a necessidade de alterar dispositivo que estipula para 1º de janeiro o início de sua vigência. Como explicou, o prazo ficou curto para a estruturação das

medidas destinadas a unificar a apuração e o recolhimento dos tributos. Para isso, disse o senador, é necessário um ajuste entre as três esferas de governo, o que deve demandar prazo em torno de seis meses.



Jucá informa que estão acelerados os entendimentos entre os partidos

## Suassuna: pequenos negócios respondem por 21% do PIB

Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem mais atenção às micro e pequenas empresas, que representam hoje cerca de 98% das empresas formais do país. Segundo o senador, elas são responsáveis por 57% dos empregos com carteira assinada e contribuem com cerca de 30% da massa salarial e 21% do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

– Se algo acontecer que venha a desestabilizar esse segmento certamente os efeitos socioeconômicos serão perversos e agravarão o já dramático quadro social do nosso país – ressaltou.

Suassuna solicitou a aprovação do Supersimples e sugeriu ainda a criação de um cadastro integrado e unificado de dados e informações com o intuito de reduzir a burocracia e facilitar a abertura e o fechamento de empresas.

## Recolhimento único para os diversos tributos

As empresas que forem enquadradas no Supersimples vão pagar quase que a totalidade dos tributos das três esferas de governo por meio de um único recolhimento. No projeto que está para ser votado no Plenário do Senado, a alíquota poderá variar de 4% a 17,42%, num total de 20 faixas em que os estabelecimentos serão enquadrados, a depender

de quanto faturam.

A proposta também reserva para o segmento a preferência nas compras governamentais, como forma de dinamizar as economias locais. Propõe, ainda, instituir o Sistema Nacional de Garantias, supervisionado pelo Banco Central, por meio do qual as empresas poderão se juntar para formar fundo destinado a lastrear operações

de crédito. Além disso, na forma de cooperativa, elas poderão atuar como centros de compra e venda, para assim obter mais ganhos e economias nas suas operações comerciais.

O projeto define como microempresa os estabelecimentos com receita bruta anual de até R\$ 240 mil. As pequenas empresas são as que faturam acima dessa faixa,

até o limite de R\$ 2,4 milhões por ano.

Há também a expectativa de que o Supersimples favoreça o nível de formalização das empresas, o que poderá permitir a elevação das receitas tributárias.

A proposta chegou ao Senado em setembro e, com apoio dos líderes partidários, está sendo apreciado em regime de urgência.



Suassuna quer cadastro integrado de dados para reduzir burocracia



Fátima Cleide: bases para o crescimento foram plantadas no primeiro mandato

## Lula vai priorizar educação e desenvolvimento, afirma Fátima Cleide

A senadora Fátima Cleide (PT-RO), em discurso pronunciado ontem, garantiu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu segundo mandato, vai se voltar fundamentalmente para o fortalecimento da área da educação e à retomada do desenvolvimento. Quanto à primeira meta, a senadora sugere que o presidente leve

em consideração o Manifesto pela Educação, subscrito por vários deputados e senadores. O documento foi lido em Plenário no início de outubro de 2005 por Aloizio Mercadante (PT-SP).

De acordo com a parlamentar, a retomada do desenvolvimento com mais intensidade será possível porque, na sua opinião, as

bases para atingir este objetivo foram plantadas no primeiro mandato de Lula.

Ao avaliar a reeleição de Lula, Fátima Cleide afirmou que a vitória foi o resultado de uma decisão da maioria dos eleitores de não “trocar o certo pelo duvidoso”.

Da tribuna, Fátima Cleide homenageou o professor Emir

Sader, dedicando a ele o poema *Nós, os Primitivos*, do escritor Pedro Terra. Sader foi condenado recentemente pela Justiça por injúria, em virtude de artigo, publicado no *site Carta Maior*, no qual fazia comentários em relação a declarações contra o PT feitas pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

# Plenário aprova contratações de créditos externos

Prefeituras de Fortaleza e Joinville e governo do Pará ficam autorizados a contrair financiamentos. A União poderá renegociar dívida da Nigéria com o Brasil

O Plenário do Senado aprovou ontem quatro projetos de resolução que permitem a contratação de operações financeiras que totalizam US\$ 308,9 milhões. As matérias seguem para promulgação.

O PRS 50/06 autoriza a prefeitura de Fortaleza (CE) a contratar operação de crédito externo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, no valor de até US\$ 85,2 milhões. Esses recursos deverão ser investidos na melhoria do sistema de transporte da capital cearense e foram festejados pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE).

Já o PRS 51/06 autoriza a União a contratar operação financeira com a República Federal da Nigéria no valor de US\$ 151,9 milhões. A transação refere-se ao contrato bilateral de reestruturação de dívida do país africano com o Brasil, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do

Clube de Paris.

Em seguida, foi acolhido o PRS 52/06 que autoriza a prefeitura de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Baía da Prata (Fonplata), tendo a garantia da União, no valor de até US\$ 11,8 milhões. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico-Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde.

### Pará Rural

Também foi aprovado o PRS 53/06 que autoriza o estado do Pará a contratar operação de crédito externo no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com garantia da União, no valor de até US\$ 60 milhões. Esses recursos deverão ser aplicados no Programa Pará Rural e sua liberação foi comemorada pelos senadores paraenses Flexa Ribeiro (PSDB) e Luiz Otávio (PMDB).

## Autorizada ida de José Alencar aos EUA

Por consenso, o Plenário aprovou ontem projeto de decreto legislativo (PDL 433/06) autorizando o vice-presidente da República, José Alencar, a se ausentar do país por 30 dias, a partir de hoje. Ele viajará aos Estados Unidos para tratamento de saúde. Vários senadores manifestaram votos pelo pronto restabelecimen-

to do vice-presidente.

### TCU

Também foi acolhido pelo Plenário voto de aplauso em homenagem ao 116º aniversário da criação do Tribunal de Contas da União (TCU). Proposto pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, o requerimento foi assinado por 79 senadores.



Em sessão realizada na tarde de ontem, os parlamentares retomaram a agenda de votações no Plenário do Senado

## Senado acolhe indicação de quatro diplomatas

As mensagens presidenciais indicando diplomatas para exercerem o cargo de embaixadores do Brasil na Noruega e Islândia, Cingapura, Bahamas e Zâmbia foram aprovadas ontem pelo Senado.

O nome de Paulo Alberto da Silveira Soares foi aprovado para o cargo de embaixador em Cingapura, uma ilha no Sudeste da Ásia, com elevadas taxas de crescimento econômico graças ao pólo industrial de alta tecnologia e forte centro financeiro.

O Senado também acatou a indicação de Tomas Maurício Guggenheim para o cargo de embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas, uma democracia constitucional parlamentar, situada em um arquipélago ao largo da costa da Flórida e ao norte da ilha de Cuba.

Para acumular o cargo de embaixador no Reino da Noruega e República da Islândia, o Plenário acolheu a indicação de Sérgio Eduardo Moreira Lima. Noruega e Islândia são países escandinavos

que possuem altos indicadores sociais.

A indicação de Josal Luiz Pellegrino também foi aprovada pelo Plenário do Senado. Ele vai ser o embaixador do Brasil na República de Zâmbia, na África Meridional. O país detém um PIB de US\$ 6,8 bilhões. Sua maior fonte de divisas é o cobre, embora o país também seja o maior exportador mundial de cobalto. O setor agrícola absorve 85% da mão-de-obra nacional e é responsável por 21,7% do PIB.

## Heráclito protesta contra declarações de marqueteiro do PT

Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou contra entrevista de João Santana – marqueteiro do então candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva – ao jornal *Folha de S. Paulo* em que ele admitiu ter manipulado fatos em favor da campanha petista. O senador defendeu mudança na

lei eleitoral para impedir o uso de “parafernália eletrônica” na propaganda gratuita, recurso que, na sua opinião, abre a possibilidade de “a genialidade do marqueteiro esconder a mediocridade do candidato”.

– A lei eleitoral, para ser justa, tem que baratear os custos a fim

de não beneficiar os partidos mais ricos – afirmou.

Para Heráclito, o melhor criador de eventos virtuais na campanha pode induzir o povo a erros. Referindo-se à campanha presidencial de Lula, comparou-a a um espetáculo “não do crescimento, mas da enganação, do

deboche e do desrespeito para com o cidadão”.

Além de cobrar explicações de João Santana ao Senado, o senador parabenizou os jornalistas Dora Krammer e Merval Pereira pela coragem de comentar, em tom crítico, as declarações do marqueteiro à *Folha de S. Paulo*.



Heráclito é contra o uso de “parafernália eletrônica” em programa eleitoral



Antonio Carlos afirma que sistema a quilo prejudica o consumidor

## ACM propõe retorno da venda do pão francês por unidade

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou ontem projeto de lei para permitir que as padarias em todo o país passem a vender o pão francês também por unidade. Na sua avaliação, a decisão do governo de autorizar a venda do produto apenas a quilo vem prejudicando a população mais pobre em todo o país, sacrificando a renda das famílias. Ele pediu que o projeto possa tramitar com rapidez pelas comissões da Casa, em virtude da dimensão e da relevância do assunto.

Antonio Carlos também solicitou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado em 2004, que incremente os processos de investigação de membros da magistratura e adote iniciativas para acelerar as decisões da Justiça.

– Criado para combater a morosidade, o CNJ ainda não conseguiu vencer essa tendência vagarosa e arrastada dos tribunais – disse.

O senador pela Bahia criticou o CNJ por não ter ainda julgado pedido de providência formulado pelos conselheiros Paulo Lôbo e Eduardo Lorenzoni, que proíbe juízes e magistrados de participarem de congressos com despesas pagas por empresas com algum interesse em processos que tramitam na Justiça. O parlamentar fez questão de ressaltar a importância do conselho para o aprimoramento do Judiciário.

### Acidente

Antonio Carlos criticou ainda entrevista concedida na última segunda-feira pelo ministro da Defesa, Waldir Pires, ao programa *Roda Viva*, veiculado pela TV Cultura de São Paulo, quando foi discutido o acidente com a aeronave da Gol que vitimou 154 pessoas no norte de Mato Grosso. Para o senador, o ministro demonstrou total desconhecimento em relação ao tema e acabou por culpar o governo federal pela ocorrência do acidente.

Jefferson sugere no relatório a perda de mandato. Wellington Salgado vai oferecer voto em separado pedindo censura verbal

# Conselho pode votar processo contra Suassuna

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado pode votar hoje, a partir das 10h, relatório sobre o processo disciplinar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) por quebra de decoro parlamentar. O relator do processo, Jefferson Péres (PDT-AM), pediu a pena de perda do mandato, mas o líder do PMDB, Wellington Salgado (MG), deve apresentar parecer em separado solicitando censura verbal.

Suassuna está sendo investigado pelo conselho porque teve o nome citado no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas por

conduta incompatível com o decoro parlamentar. No entendimento dos membros do colegiado, há indícios de participação do gabinete do senador no esquema de fraudes que utilizou recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias a preços superfaturados.

No relatório, apresentado no dia 4 de outubro, Jefferson Péres destacou que em toda a investigação não foi encontrada uma única prova do efetivo envolvimento de Suassuna no esquema de fraudes, mas ressaltou que ele estava sendo julgado por haver negli-

genciado obrigações e encargos inerentes ao cargo de senador, principalmente em relação à excessiva delegação de poderes a seus assessores.

Autor do pedido de vista que adiou a votação do parecer de Jefferson em outubro, Wellington Salgado afirmou que o relator havia “exagerado na dose”.

### Penalidades

O Código de Ética e Decoro Parlamentar prevê quatro medidas disciplinares aos senadores acusados de quebra de decoro parlamentar: advertência, censura (verbal ou escrita), perda tempo-

rária do exercício do mandato ou ainda perda de mandato.

Em caso de pedido da pena de perda de mandato, o parecer é encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que terá prazo de cinco sessões para o exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico da representação. Recebendo parecer favorável da CCJ e concluída a tramitação no Conselho de Ética, o processo é encaminhado à Mesa do Senado para votação em sessão secreta e por maioria absoluta de votos (41 senadores).

## Wellington Salgado defende aplicação de censura verbal

O líder do PMDB, senador Wellington Salgado (MG), vai pedir hoje, na reunião do Conselho de Ética, que a punição a ser imposta ao senador Ney Suassuna por quebra de decoro parlamentar seja apenas a censura verbal. Na opinião do parlamentar por Minas Gerais, o relator do caso, senador Jefferson Péres, foi duro demais ao pedir a cassação do mandato de Suassuna no processo disciplinar, uma vez que reconheceu não ter encontrado nenhuma prova da participação do senador pela Paraíba na chamada máfia das ambulâncias.

– Se o pedido de cassação de mandato permanecer, estaremos abrindo um precedente enorme contra os próprios senadores, que poderão passar a ser condenados por atos administrativos errados ou por atos dos seus próprios funcionários – explicou Wellington Salgado à Agência Senado, com base na justificativa do seu voto em separado.

### Reputação

Para o relator, Jefferson Péres, a reputação de Suassuna – e por consequência a do Senado – foi maculada de forma “inaceitável devido à absoluta leniência e negligência” com que o parlamentar da Paraíba atuou, permitindo que o prestígio do cargo de um senador fosse utilizado para “beneficiar interesses escusos com recursos públicos”.

Embora sempre tenha alegado inocência, Suassuna reconheceu, durante a sua defesa perante o conselho, que havia sido traído por seu ex-assessor Marcelo

Cardoso Carvalho, que utilizava indevidamente o prestígio do chefe para beneficiar o esquema de fraudes.

Jefferson também considerou insuficientes as providências adotadas por Suassuna quando este soube que sua ex-chefe de gabinete Mônica Mucury Teixeira havia falsificado sua assinatura em ofício enviado ao Ministério da Saúde. Suassuna afirmou que desconhecia a existência do ofício na ocasião, mas defendeu sua funcionária, ao dizer que ela agira de boa-fé, pois Marcelo teria levado o ofício para que ela assinasse e afirmou que o senador, que estava viajando, sabia do documento e tinha urgência no seu encaminhamento.

– Resta claro, portanto, que S. Exa. não apenas delegava funções com amplo grau de autonomia, mas que, verdadeiramente, permitia diuturnamente que sua assinatura fosse fraudada, ainda que de “boa-fé”, como fez questão de frisar, dentro do seu gabinete – observou Jefferson Péres.



Para Wellington Salgado, relator foi duro demais ao pedir a cassação



Ao lado de Vanessa Grazziotin e Jungmann, Barjas Negri presta depoimento na CPI

## Barjas Negri nega participação no esquema das ambulâncias

Em depoimento, ontem, à CPI dos Sanguessugas, o atual prefeito da cidade paulista de Piracicaba, Barjas Negri (PSDB), ministro da Saúde no final do governo Fernando Henrique Cardoso (entre fevereiro e dezembro de 2002), afirmou que, durante sua gestão, não havia nenhum tipo de intermediação com empresas para liberação de emendas de parlamentares. Segundo ele, esse relacionamento se dava diretamente com deputados, senadores e seus assessores.

– Na nossa gestão, não houve fraude nem corrupção – observou o ex-ministro.

No entanto, Barjas Negri admitiu que empresas do grupo de Abel Pereira, empreiteiro de Piracicaba apontado por Luiz Antônio Vedoin – suposto chefe da máfia das ambulâncias – como lobista da Planam no ministério, teriam contribuído com sua campanha à prefeitura do município,

em 2004. Abel Pereira, conforme Vedoin, teria recebido propina para defender seus interesses junto ao governo durante a gestão de Barjas.

O ex-ministro ressaltou, porém, que, durante os meses em que esteve à frente da Saúde, recebeu Abel Pereira em seu gabinete uma única vez, quando ele acompanhou o prefeito da cidade de Jaciara (MT), cuja unidade de saúde precisava ser ampliada. Os recursos para a realização das obras foram liberados no tempo recorde de 12 dias, conforme informou a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e a reforma foi realizada por uma empresa de Abel Pereira, o que foi confirmado por Barjas.

– Isso não é pecado. Pecado é caixa dois de campanha, e na minha campanha não teve caixa dois – rebateu Barjas Negri, que compareceu à comissão na condição de convidado.

Substitutivo de Azeredo que obriga provedores a manterem cadastro de usuários gera polêmica e ACM propõe que a discussão sobre o assunto seja aprofundada

## Projeto sobre crimes pela internet sai da pauta da CCJ

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), determinou, ontem, a retirada da pauta de votações da comissão do projeto substitutivo que tipifica os crimes cometidos via internet, apresentado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A proposta seria analisada hoje. Não há nova data prevista para sua votação.

ACM tomou a decisão depois da polêmica envolvendo o conteúdo do projeto, que ganhou manchetes de jornais, com críticas e apoios à proposta. O projeto também foi motivo de discursos no Plenário do Senado.

Trata-se de um substitutivo que Azeredo apresentou como relatório de propostas sobre o assunto – PLS 76/00, PLS 137/00 e PLC



Antonio Carlos retirou proposição da pauta de hoje para ser mais discutida

89/03, de autoria dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e do deputado Luiz Piauhyllino (PDT-PE) –, incluindo itens das três e acrescentando novos.

O projeto pune – com um a

quatro anos de reclusão – crimes como a difusão de vírus digital, uso de cartão clonado, roubo de senhas, acesso indevido a dispositivo de comunicação, atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública, e a interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico ou de rede de computadores.

### Identificação

A proposta obriga os provedores de internet a exigirem identificação cadastral de todas as pessoas ao assinarem contrato para uso da rede mundial. Eles terão ainda que arquivar por três anos todos os acessos e conteúdo postado pelos internautas, mas só ficarão obrigados a entregar esses dados em caso de processo judicial de alguma pessoa ou empresa que se sinta ofendida.

## Azeredo diz que proposta não quebra privacidade

Eduardo Azeredo, relator do projeto que tipifica crimes cometidos contra pessoas ou empresas via internet, rebateu as críticas que vêm sendo feitas à matéria. Segundo o senador, as propostas ali contidas não levam à quebra de privacidade das pessoas, não vão cercear direitos ou afetar a liberdade de expressão dos usuários, mas pretendem “responsabilizar o uso da internet”.

O senador garantiu que está aberto a novas contribuições e lembrou que vários debates sobre o tema já ocorreram, mas enfatizou que não poderia deixar que prosperassem informações incorretas sobre a proposta, dentre elas a de que haverá rastrea-



Azeredo: projeto não busca controlar a internet nem atrapalha inclusão digital

mento dos sites que os internautas possam estar acessando.

– O projeto não busca controlar a internet, mas apenas exige que os provedores façam cadastramento das pessoas que assinam seus serviços. É falso

também dizer que o projeto vai atrapalhar a inclusão digital no país – afirmou.

Para Azeredo, trata-se apenas de um conjunto de medidas que busca atualizar a legislação brasileira contra os crimes cibernéticos.

Segundo ele, as propostas seguem recomendações da Convenção sobre o Cibercrime de 2001 do Conselho da Europa e a Directiva 2006/04 do Parlamento Europeu. “Na verdade, tem gente criticando mesmo sem ler o projeto”, disse.

De acordo com o substitutivo de Azeredo, as pessoas só serão identificadas se forem acusadas de crime contra a honra (calúnia, injúria e difamação).

## Renan defende mais debate sobre o assunto

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apontou a necessidade de uma legislação que coíba os crimes praticados por meio da internet. Ele ressaltou, no entanto, que essa legislação deve respeitar os direitos de liberdade de expressão e de sigilo dos usuários.

– É preciso ampliar os debates sobre o tema, com a participação de especialistas, usuários da internet e criminalistas – defendeu.

Renan é autor de uma das

propostas sobre o assunto incluídas no substitutivo do senador Eduardo Azeredo, apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O substitutivo determina a identificação dos usuários da internet junto aos provedores de serviços, e tipifica como crimes algumas práticas comuns na rede, como a propagação de vírus, o uso de cartão clonado e o roubo de senhas.

Renan disse que atualmente há “um vazio na legislação brasileira” quanto aos crimes cibernéticos. Tanto que a Justiça estaria recorrendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente para combater alguns tipos de crime na rede, como a divulgação de pornografia.

As novas leis a serem criadas, no entanto, na opinião do presidente do Senado, devem respeitar os direitos dos internautas.



Evento visa elaborar proposta de documento sobre uso e ocupação do território brasileiro

## Seminário discute Política Nacional de Ordenamento Territorial

A elaboração da proposta básica da Política Nacional de Ordenamento Territorial (Pnot), que deverá dispor sobre o uso e a ocupação do território brasileiro, visando à integração nacional e ao desenvolvimento socioeconômico do país, está sendo discutida no Seminário Nacional de Ordenamento Territorial.

Segundo Henrique Villa da Costa Ferreira, diretor do Departamento de Planejamento da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, o encontro – que começou ontem e termina hoje – irá divulgar os resultados do trabalho que vem sendo realizado nos últimos três anos destinado à construção daquela proposta.

– Pretendemos, no ano que vem, elaborar um documento com a proposta de Pnot e submetê-lo a consultas públicas em todo o

território brasileiro – afirmou Henrique Villa.

Na manhã de ontem seminário discutiu o marco conceitual do ordenamento territorial e, à tarde, o tema foi “Questões atuais do ordenamento do território no Brasil”. Para hoje, estão previstos dois painéis destinados a discutir as bases para uma proposta de Pnot. O primeiro debate vai abordar os objetivos, as diretrizes e as estratégias da proposta e o segundo, os instrumentos e mecanismos dessa base. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) deverá participar como debatedor do segundo painel.

O seminário está sendo realizado no Auditório Petrólio Portela e conta com cerca de 200 participantes, entre empresários e representantes de ONGs, de universidades e de instituições públicas, além de alunos de graduação e pós-graduação.

## Pedro Simon lança livro que descreve sua trajetória política

O episódio ocorrido no dia 19 de novembro de 1998, quando, do Plenário do Senado, Pedro Simon (PMDB-RS) aconselhou o então ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, a se demitir do cargo, é um dos casos relatados no livro *Do regime militar ao mensalão*, que o senador lança na praça de autógrafos da 52ª Feira do Livro de Porto Alegre, amanhã, às 16h30. A obra, de autoria do próprio Simon, tem 680 páginas que abordam desde o golpe militar de 1964 até o mensalão, passando por fatos da Nova República e pela atuação de Tancredo Neves.

“Eu lhe digo do fundo do coração: eu, se fosse vossa excelência, renunciava. Se eu fosse vossa excelência praticava um gesto de grandeza, ajudava o presidente da República – e vossa excelência quer ajudar –, que não vai exone-



Obra de autoria de Simon aborda desde o golpe militar de 1964 até o mensalão

rá-lo, e não pode fazê-lo porque daria a entender que tem algo de grave contra vossa excelência”, disse Simon naquela ocasião ao ministro, que se encontrava no Senado prestando informações sobre o processo de privatização do sistema Telebrás. Logo após o episódio, Mendonça de Barros aceitou a sugestão e pediu demissão do cargo que ocupou de abril a novembro de 1998.

## Maciel chama atenção para carta da CNBB

Marco Maciel (PFL-PE) disse ontem que a carta encaminhada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, poderia se dirigir a todas as instituições públicas, inclusive ao Congresso Nacional. O senador chamou a atenção para a importância do Legislativo, não só como produtor de leis, mas como grande fórum dos problemas nacionais e agente fiscalizador do Executivo.

Na carta ao presidente, observou Marco Maciel, a CNBB afirma que o poder do presidente é um serviço, como era o de Jesus Cristo, e deve ser exercido baseado em critérios éticos, pela consolidação da democracia.

– Governar é servir, e servir através de políticas que venham a promover o desenvolvimento do país, sobretudo sob seu aspecto social – ressaltou Marco Maciel.

A CNBB aponta ainda na carta, assinalou o parlamentar, a necessidade de o Congresso priorizar a votação de uma reforma política séria.

– A CNBB atende a um clamor popular. Se queremos melhorar as instituições, isso necessariamente passa por uma reforma política – pontuou o senador.

Marco Maciel também registrou a passagem dos 116 anos do Tribunal de Contas da União (TCU), destacando seu papel no controle das contas de acordo com o respeito ao dinheiro público, segundo as regras do direito constitucional.



Para Maciel, carta a Lula poderia ser direcionada ao Congresso

Diretor do Banco Central afirma em audiência no Senado que recursos judiciais apresentados por ex-controladores geram atrasos na liquidação de instituições



A redução dos gargalos que dificultam encerramento de liquidações extrajudiciais é um dos objetivos da subcomissão do Senado

## Subcomissão proporrá mudanças na Lei de Liquidações, diz Aelton

O presidente da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, senador Aelton Freitas (PL-MG), anunciou que pretende propor modificações na Lei de Liquidações (Lei 6.024/74) nos próximos dias. Um dos objetivos é reduzir os gargalos que hoje dificultam o encerramento de liquidações extrajudiciais do Banco Central (BC), algumas das quais já duram quase 20 anos.

A subcomissão deve encerrar seus trabalhos na primeira quinzena de dezembro, depois de ter ouvido nos últimos anos reclamações e sugestões de ex-controladores de bancos sob liquidação e de funcionários do BC. A subcomissão faz

parte da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ontem, a subcomissão ouviu o diretor de Liquidações e Desestatização do Banco Central, Antônio Gustavo Matos do Vale, e o chefe do Departamento de Liquidações do BC, José Irenaldo Leite de Ataíde. Antônio do Vale apontou os constantes recursos judiciais, apresentados por ex-controladores, como responsáveis pelos atrasos nas liquidações.

Informou que existem hoje no BC 69 processos de liquidações, entre eles cerca de 40 de consórcios. Não foi encerrada nenhuma das liquidações com base no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao

Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), do governo Fernando Henrique. A liquidação mais adiantada, informou Antônio do Vale, é a do Banorte.

Edison Lobão (PFL-MA) perguntou o que falta para o fim da liquidação do Banco Nacional. Antônio do Vale observou que, autorizado pelo Proer, o BC pagou aos aplicadores que tinham dinheiro nos bancos e que não suportaram o fim da inflação. Agora, o Banco Central quer receber dos liquidados o que investiu, “com os devidos juros”. O diretor disse que o processo é demorado porque existem milhares de operações dos bancos sob liquidação.

## Papaléo: desvio de recursos públicos é “aterrador”

Papaléo Paes (PSDB-AP) registrou ontem a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que encontrou irregularidades em 259 obras públicas executadas em 2006, correspondentes a 90% do total, custeadas com recursos federais. Segundo o senador, em 89 delas – que deverão ser excluídas do Orçamento da União de 2007 – foram encontradas irregularidades graves que, se sanadas, representariam uma economia de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

– As conclusões sobre a malversação do dinheiro público são aterradoras – disse o parlamentar, acrescentando que é preciso ainda esclarecer indícios de irregularidades em 141 obras, 55% do total.

Papaléo afirmou que esses números causam preocupação, mesmo



Papaléo resalta que correção de desvios representaria economia de R\$ 1 bilhão

que haja irregularidades apenas formais, indicando, “no mínimo, desleixo com recursos públicos”.

O parlamentar considera a questão séria por não se restringir a um ou outro órgão, mas se estender a diversos ministérios, autarquias e

fundações públicas, um indicativo de que teria se alastrado por toda a administração federal.

Papaléo criticou a precariedade da operação tapa-buracos feita pelo governo em 2005, com material de pouca durabilidade, uma vez que havia recebido severas críticas do TCU. Manifestou preocupação especial com as obras do aeroporto de Macapá, que teriam sofrido desvio de recursos da ordem de R\$ 50 milhões, causando sérios prejuízos ao estado e à população.

O senador salientou também irregularidades no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs); Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit); e Ministério da Integração Nacional, neste último em 15 das 16 obras fiscalizadas.

## Osmar agradece votos e critica postura do adversário

O senador Osmar Dias (PDT-PR), que concorreu ao cargo de governador do Paraná, agradeceu em Plenário os votos recebidos dos eleitores de seu estado e criticou a postura do candidato adversário, Roberto Requião, governador reeleito, que, segundo ele, teria usado “artifícios sórdidos e baixos” na tentativa de atingir sua honra.

Conforme Osmar Dias, Requião teria ainda manipulado a máquina pública “de forma escandalosa”, utilizando-se de funcionários em cargos comissionados como cabos eleitorais e de veículos do estado para distribuir cestas básicas. Ele também teria usado verbas publicitárias do estado para publicar na revista *IstoÉ* matéria caluniosa a seu respeito, disse.

O governador teria, segundo Osmar Dias, exercido enorme pressão sobre os 399 prefeitos do estado e, com isso, conseguido o apoio de 334 deles, tendo restado ao parlamentar o apoio de somente 21 prefeitos. Ele disse que seus advogados irão recorrer à Justiça contra o comportamento do candidato adversário, que teria usado a máquina pública.

O senador lançou suspeitas sobre a manipulação dos resultados das pesquisas eleitorais. Lembrou que todas as pesquisas do Datafolha e do Ibope davam conta de que não haveria segundo turno. Além disso, na véspera do primeiro turno, ambos os institutos apontavam a vitória de Requião com 45% dos votos, contra 31% para ele.

– Urnas abertas, fiz 38% dos votos e meu adversário, 42%. A diferença, que era de 14%, caiu para 4% – assinalou.

Osmar Dias anunciou a apresentação de projeto estabelecendo que, se um instituto de pesquisa divulgar dados na véspera da eleição e falhar por uma margem superior à margem de erro, vai pagar os gastos de campanha do candidato prejudicado. O senador recebeu apoio de Heráclito Fortes (PFL-PI), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).



Osmar aponta uso da máquina pública e manipulação de pesquisas eleitorais



Arthur Virgílio afirma que profissionais de *Veja* sofreram constrangimento na PF

## Virgílio propõe voto de desagravo a jornalistas

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem requerimento de voto de desagravo aos jornalistas agredidos por militantes do Partido dos Trabalhadores durante comemoração, no Palácio da Alvorada, da vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições.

Virgílio requereu o mesmo voto para os jornalistas da revista *Veja* que, no dia seguinte, 30 de outubro, foram chamados pela Polícia Federal (PF) em São Paulo para dar explicações sobre a matéria “Operação abafa”, que relatava tentativa de afastar o nome de Freud Godoy, ex-assessor da Presidência da República, do caso da compra de dossiê contra candidatos do PSDB.

O senador disse que os jornalistas Júlia Duailibi e Marcelo Carneiro, chamados como testemunhas pela PF, acabaram sendo ouvidos como depoentes, foram tratados como suspeitos e sofreram inúmeros constrangimentos.

Virgílio protestou ainda contra a investigação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre o jornalista Carlos Chagas quanto a suposta fraude em aposentadoria recebida por ele há dez anos por seu trabalho no jornal *O Globo*.

### TV Senado

Em outro pronunciamento, Arthur Virgílio reclamou da TV Senado pela falta de áudio nos minutos finais de seu discurso. O presidente da Casa, Renan Calheiros, atribuiu o problema a “falha técnica”, mas mesmo assim solicitou esclarecimentos sobre o ocorrido. Minutos mais tarde, o próprio Arthur Virgílio comunicou resposta recebida da TV Senado, informando que a queda de áudio se deu nas transmissões pelas empresas de TV por assinatura NET e Sky e que o canal da TV Câmara também havia sido atingido.

Presidente da comissão, Wellington Salgado, anuncia que vai procurar entendimento entre o autor da proposta, Marcelo Crivella, e a relatora, Fátima Cleide

# Educação retira de pauta projeto que agrava crimes de imprensa

Em busca de consenso sobre o projeto que modifica a Lei de Imprensa para agravar as penas dos crimes de difamação, calúnia e injúria, a Comissão de Educação (CE) decidiu ontem adiar a votação da proposta. Atendendo a um pedido do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o presidente da comissão, Wellington Salgado (PMDB-MG), retirou a matéria de pauta e anunciou que vai procurar um entendimento com o autor da matéria, Marcelo Crivella (PRB-RJ), e com a relatora, Fátima Cleide (PT-RO).

Como destaca o relatório apresentado por Fátima Cleide, o projeto (PLS 257/05) destina-se a “coibir a publicação irresponsável de informações potencialmente lesivas à honra, à reputação e à dignidade” de qualquer pessoa nos meios de comunicação. Para isso, determina que cada veículo promova “criteriosa investigação” da veracidade dos fatos, além de levar a denúncia ao conhecimento do envolvido, para garantir a este oportunidade de defesa antes da publicação da matéria.

Valadares apresentou voto em



Ao pedir rejeição da matéria, Valadares (E) considera que proposta afronta Constituição

separado pela rejeição do projeto. Durante a reunião, o senador apontou a existência, no texto, de dispositivos que “afrontam a Constituição” e previu que a repercussão de uma possível aprovação da proposta não seria positiva, por se tratar de um tema muito polêmico.

– Não seria o Senado a criar obstáculo a uma atividade tão importante como a da imprensa – observou Valadares.

O pedido foi aceito pela relatora do projeto. Na opinião de Fátima Cleide, porém, o texto “não é de todo recusável”. A senadora recordou que a constitucionalidade da matéria ainda

seria analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). E observou que o substitutivo elaborado por ela teria obedecido à preocupação de não tornar o projeto “antipático para a imprensa”.

### Mercosul

Na mesma reunião, o senador Marcos Guerra (PSDB-ES) relatou a sua participação no XXI Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), em Buenos Aires. O parlamentar propôs que o Brasil tenha uma presença mais forte nas reuniões do organismo, que atualmente estaria sob controle principalmente da Argentina e do Uruguai.

## Ideli vê liberdade de expressão sob “dois pesos e duas medidas”

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apontou a existência de dois pesos e duas medidas na avaliação feita por senadores em Plenário e pela Justiça, respectivamente sobre o direito à liberdade de expressão nos casos de depoimentos prestados por jornalistas da revista *Veja* à Polícia Federal (PF) e de condenação do professor Emir Sader, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em processo por injúria movido pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

No caso de *Veja*, Ideli afirmou que os jornalistas responsáveis pela matéria sobre supostos abusos praticados pela PF no episódio do dossiê contra políticos do PSDB “foram chamados a contribuir para a elucidação dos fatos”. Apesar de reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* informar que os repórteres teriam sofrido

intimidação, pressão e constrangimento pelo delegado da PF Moysés Eduardo Ferreira, a senadora citou nota da procuradora da República Elizabeth Mitiko Kobayashi – que acompanhou os depoimentos – negando essas acusações.

Por outro lado, Ideli se disse assombrada com o fato de o exercício da liberdade de expressão por Emir Sader ter resultado em sua condenação a um ano de detenção em regime aberto, conversível em prestação de serviços à comunidade, e à perda do cargo de professor na Uerj. A decisão da Justiça teria sido motivada por artigo do sociólogo na agência *Carta Maior*, em que comentava críticas de Bornhausen ao PT e a seus integrantes.

A senadora considerou que a medida pretende impedir a liber-



Ideli diz que procuradora da República negou acusações feitas por jornalistas

dade de expressão e criminalizar o pensamento crítico. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) classificou a decisão judicial de “descabida e despropositada”.

Ao contestar Ideli, Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que a líder do PT trouxe ao Plenário uma espécie de “paranóia recorrente contra o senador Bornhausen”. O pefelista a acusou ainda de costumar ser seletiva em sua indignação, só criticando as iniciativas que poderiam prejudicar a imagem do PT.



Eduardo Suplicy destaca manifesto em solidariedade a sociólogo

## Suplicy espera que Justiça reveja punição a Sader

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo à Justiça brasileira pela revisão da sentença do juiz Rodrigo César Muller Valente, da 22ª Vara Criminal de São Paulo, que condenou o professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Emir Sader, também colunista da agência *Carta Maior*, em processo por injúria movido pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Ainda passível de recurso, a condenação de Sader foi de um ano de detenção em regime aberto, conversível em prestação de serviços à comunidade, e à perda do cargo de professor na Uerj.

Além de ler em Plenário “Manifesto em Solidariedade a Emir Sader”, Suplicy registrou seu apoio ao documento, cujo teor considerou equilibrado. O senador informou que as adesões ao manifesto, que já reúne mais de 11 mil assinaturas, podem ser feitas pelo seguinte endereço eletrônico: [www.petitiononline.com/emir/petition.html](http://www.petitiononline.com/emir/petition.html).

Ainda ao comentar o episódio, o senador admitiu ter-se sentido atingido por críticas ao PT e a seus integrantes feitas em Plenário pelo senador Bornhausen. Segundo o petista, o presidente nacional do PFL procurou explicar o sentido exato de suas palavras em artigo no jornal *Folha de S. Paulo*, embora não tenha retirado as críticas. As reservas de Suplicy também alcançaram os termos usados pelo colunista Emir Sader no artigo da *Carta Maior* – que motivou o processo judicial e a sua condenação – em que respondia às críticas de Bornhausen.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) propôs que a polêmica em torno do episódio fosse encerrada com uma reparação de Sader. Já os senadores petistas Fátima Cleide (RO) e Roberto Saturnino (RJ) expressaram sua solidariedade ao professor da Uerj.